

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

ALCIONE FORTE

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS

ERECHIM

2021

ALCIONE FORTE

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Fernando Mohr

ERECHIM

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Forte, Alcione
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS / Alcione
Forte. -- 2021.
44 f.

Orientador: Doutor Matheus Fernando Mohr

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências da Natureza, Erechim, RS, 2021.

1. Comunidade Escolar. 2. Educação Ambiental. 3.
Comunidades Indígenas. 4. Projeto Político Pedagógico da
Escola. I. Mohr, Matheus Fernando, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALCIONE FORTE

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia 07 de julho de 2021.

Banca examinadora:



Orientador Prof. Dr. Matheus Fernando Mohr

Membro avaliador: Prof.^a Dra. Lisandra Almeida Lisovski

Membro avaliador: Prof. Ms. Moises Marques Prsybyciem

ALCIONE FORTE

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Matheus Fernando Mohr – UFFS
Orientador

Prof.^a Dr.^a Lisandra Almeida Lisovski – UFFS
Avaliadora

Prof. Ms. Moises Marques Prsybyciem – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a todos àqueles que não pouparam esforços para que eu pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço num primeiro momento a Deus por me dar forças para concluir essa etapa que foi muito importante para a minha vida e, em segundo momento, agradeço minha família por sempre me apoiarem e, principalmente, por acreditarem na minha capacidade.

Agradeço a banca de qualificação do trabalho, Professor Ms. Moises Prsybyciem e Professora Dr.^a Lisandra Almeida Lisovski pelo aceite e contribuições significativas ao longo dessa jornada.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Dr. Matheus Fernando Mohr, por me incentivar, pelas palavras de força que sempre me deu quando precisei e por me auxiliar nessa caminhada, só tenho a agradecer, muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar sinais e nuances da existência de uma Educação Ambiental a partir do estudo sistemático do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Tãnhve Kregso, da Aldeia Capinzal. Procuramos destacar, por meio da pesquisa, as características dos principais aspectos ligados à questão ambiental na escola da comunidade indígena local. A metodologia utilizada neste trabalho tem uma abordagem técnica da pesquisa bibliográfica e documental. O estudo proporciona uma reflexão das relações entre as partes envolvidas no contexto da Educação Ambiental, tencionando compreender como se dá a inserção dos conceitos inerentes a essa temática na comunidade escolar, ao problematizar as questões envolvendo o ser humano, a natureza e suas complexidades, enfatizando o papel dos povos indígenas na preservação do meio ambiente. Procuramos, também, destacar a luta desses grupos para manter suas origens, costumes e crenças, as quais, a partir da influência do homem branco, desde os tempos do Brasil Colônia até os dias atuais, tem sofrido transformações contraditórias. Com isso, o estudo propôs demonstrar a importância e a relevância da participação de todos os envolvidos nesse processo, para que, no conjunto das ideias, se possa construir e instituir uma mentalidade de conscientização em torno da proposta de uma educação problematizadora, ao passo que se justifique uma relação direta com a questão ambiental em toda a sua abrangência.

Palavras-chave: comunidade escolar; educação ambiental; comunidades indígenas; projeto político pedagógico da escola.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze signs and nuances of the existence of an Environmental Education from the systematic study of the Political Pedagogical Project (PPP) of the State School of Basic Education Tãnhve Kregso, from Aldeia Capinzal. We tried to highlight, through the research, the characteristics of the main aspects related to the environmental issue in the school of the local indigenous community. The methodology used in this work has a technical approach of bibliographic and documental research. The study provides a reflection on the relationships between the parties involved in the context of Environmental Education, intending to understand how the concepts inherent to this theme are inserted in the school community, when problematizing the issues involving the human being, nature and its complexities, emphasizing the role of indigenous peoples in preserving the environment. We also tried to highlight the struggle of these groups to maintain their origins, customs, and beliefs, which, due to the influence of the white man, since Colonial times in Brazil until today, have undergone contradictory transformations. With this, the study proposed to demonstrate the importance and relevance of the participation of all those involved in this process, so that, in the set of ideas, it is possible to build and institute a mentality of awareness around the proposal of a problematizing education, while justifying a direct relationship with the environmental issue in all its comprehensiveness.

Keywords: school Community; environmental education; indigenous communities; political pedagogical project of the school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização geográfica da área de estudo: Reserva Indígena da Serrinha – RS.	30
Figura 2: Frente da escola Tãnhve Kregso.	33
Figura 3: Pátio interno da escola Tãnhve Kregso.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RS	Rio Grande do Sul
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL TÃNHVE KREGSO	20
4 CAMINHO METODOLÓGICO	27
5 ESCOLA E COMUNIDADE	29
5.1 Terra indígena de serrinha no rio grande do sul.....	29
5.2 A escola estadual de ensino fundamental tãnhve kregso	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A partir da problematização do tema “A Educação Ambiental nas Comunidades Indígenas”, o presente trabalho tem como enfoque principal organizar uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Tãnhve Kregso, localizada na Aldeia Capinzal pertencente à Reserva Indígena da Serrinha – RS. A referida Aldeia, faz parte de um conjunto de aldeias Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha, localizada ao norte do Estado entre os municípios de Constantina, Engenho Velho, Três Palmeiras e Ronda Alta, possuindo apenas uma unidade escolar: a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tãnhve Kregso.

Partindo da compreensão de que a cultura indígena está diretamente ligada à preservação do meio ambiente e sua biodiversidade, pretendemos a partir deste trabalho fazer uma reflexão de como essas questões estão sendo problematizadas na escola da comunidade local. É importante, também, entender o papel da instituição na sua relação com a comunidade para que assim possam estimular o conhecimento e a conscientização dos jovens e crianças sobre o tema. Desta forma, visando uma melhor compreensão do assunto em discussão, se faz necessário justificar o desafio de trabalhar as causas e consequências consideradas relevantes no contexto de uma Educação Ambiental. Para além disso, o estudo desenvolvido servirá como um material de apoio didático à própria escola.

A temática, Educação Ambiental nas Comunidades Indígenas, surgiu a partir da minha compreensão daquilo que está acontecendo em torno da nossa comunidade nos dias de hoje. Vemos que, cada vez mais, a juventude está se distanciando das suas origens, principalmente em torno de buscar maior relação entre ser humano e natureza, pois há uma forte influência da cultura capitalista que, por sua vez, interrompe e/ou dificulta modos de vida em detrimento aos novos hábitos que adentram nas comunidades indígenas, promovendo a transculturação dos indivíduos daquela localidade.

Há uma grande preocupação por parte das famílias que moram nessa localidade em relação às demandas que se tem ao perceber que a nova geração, em muitas das vezes, não valoriza os hábitos praticados pelos mais velhos, dos quais

evidenciamos o cuidado com a natureza. Com isso, entende-se que é necessário a realização de iniciativas que promovam o resgate da cultura dos ancestrais, mas também incorporando alguns aspectos da nova realidade.

Neste sentido, entendo que este estudo está interligado com a realidade e se mostrou um tema de pesquisa interessante e aplicável à qualquer processo de escolarização e em todas as instâncias e níveis do ensino. Entendemos, ainda, que estas discussões podem ser direcionadas e voltadas para a educação em geral, inclusive como potencializadora de discussões futuras nas demais escolas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul.

É importante destacar que há espaço para maior interação entre os conceitos pertinentes à EA acima destacados e aqueles observados no PPP em questão, envolvendo todo o corpo docente e discente da escola, visando não só a preservação e a recuperação dos recursos naturais existentes na própria comunidade, mas também, instigar nos indivíduos um sentimento de apreensão para que assim promovam uma mudança de paradigma na busca de um desenvolvimento sustentável a longo prazo na própria comunidade, com o intuito de minimizar os impactos ambientais produzidos na referida localidade (SECAD, 2007).

As escolas têm um papel muito importante na conscientização das nossas futuras gerações, sendo o principal espaço mediador do conhecimento científico entre comunidade e instituição de ensino. Desta forma, torna-se evidente constar no currículo da instituição a prática consciente e o uso sustentável dos recursos naturais para que essa prática seja cada vez mais incorporada à cultura tradicional da comunidade local.

Em função disso, a Educação Ambiental, conforme afirma Paredes (2008), não pode ser reduzida ao ensino, ou à defesa da ecologia, ela é ampla e complexa, com diferentes abordagens e interpretações. A Educação Ambiental deve, então, ser encarada como um processo voltado para a apreciação das questões ambientais nas suas perspectivas enquanto dimensões científicas, tecnológicas, ideológicas, críticas e problematizadoras.

A partir das reflexões acima apresentadas cabe então a seguinte questão problematizadora: Como o PPP da escola Tãnhve Kregso trata a temática da Educação Ambiental?

As informações coletadas a partir da pesquisa realizada poderão ser usadas como uma referência e fonte de informações pelos professores indígenas e não-indígenas, sobre as questões ambientais mencionadas, ao trazer as reflexões necessárias para uma melhor compreensão enquanto docente, discente, no que se refere à Educação Ambiental na escola local. Desta forma, além de estar na função de acadêmico pesquisador afirmo minha identidade indígena e compromisso para com a vida das comunidades.

Assim, visando responder ao problema de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: Analisar sinais e nuances da existência de uma Educação Ambiental a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Tãnhve Kregso, da Aldeia Capinzal.

Para o desenvolvimento do trabalho e, no intuito de atingir o objetivo geral dessa pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a partir do PPP da escola, a compreensão da temática ambiental enquanto currículo e metodologia de ensino e aprendizagem.
- Caracterizar a escola Tãnhve Kregso e sua comunidade.
- Caracterizar os principais aspectos relacionados com a questão ambiental, envolvendo a comunidade escolar.

Para darmos seguimento a essa pesquisa, o texto está organizado em cinco capítulos, iniciando com a apresentação da fundamentação teórica que trata da Educação Ambiental, temática que busca a caracterização da pesquisa e as razões do interesse sobre este estudo. No segundo capítulo será discutido o PPP da Escola buscando identificar a presença e concepção de Educação Ambiental nele contido. No terceiro capítulo será apresentado aspectos da metodologia pretendida e das estratégias utilizadas. O quarto capítulo direciona mais especificamente às diretrizes e pautas que estabelecem o andamento da aprendizagem voltada ao ensino diferenciado no contexto de uma Escola Indígena, quando, para isso, trataremos do contexto da comunidade e da escola estudada. Por fim, no quinto capítulo será apresentado as considerações finais a partir das análises e discussões dos resultados observados.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na atualidade em que vivemos percebe-se que há uma mudança significativa na relação intrínseca dos nossos jovens com a natureza. Essas transformações sociais perpassam por gerações ao longo do tempo. Temos, assim, como um fator determinante para essa tomada de rumo, a forte influência da cultura capitalista que adentra e modifica substancialmente as comunidades locais e seus respectivos modos de vida. Assim, quanto mais a relação cidadania/conhecimento for desprezada, mais o conhecimento científico será desmoralizado, dando lugar a segmentações e contradições como, por exemplo, a prática predominante da monocultura alicerçada pela industrialização da agricultura.

Como limite deste panorama, temos que, alguns hábitos e costumes, antes praticados e vistos como modelos de preservação do meio ambiente e de sua biodiversidade, se percam ao longo dos tempos. Segundo Silva, Rabelo e Rodrigues (2011), a Educação Ambiental é um instrumento de educação formal e não informal que ajuda as comunidades a conviverem melhor em seu meio.

Assim entendida, ela pode ser direcionada tanto aos moradores quanto aos visitantes da área. Sua aplicação pode ser por meio de atividades curriculares ou de maneira informal, com cursos e oficinas que enriqueçam os saberes culturais e possibilitem uma melhor relação com a natureza. Segundo Vasconcellos (1997), a presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes, é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra.

A complexidade da temática ambiental, em razão de sua abrangência, vem cogitando, ao longo do tempo, uma abordagem cada vez menos ortodoxa e, sendo assim, ela vem se distanciando cada vez mais da atual conjuntura onde se percebe haver uma cultura segmentada e reducionista, tencionando-se para investidas em metodologias que agregam características multidimensionais e interdisciplinares (SECAD, 2007). Conforme afirma Tedesco (2001), importa reconhecer que a economia baseada no conhecimento, que caracteriza a atual sociedade do conhecimento, é muito exigente em competências cognitivas. As formas emergentes

de organização social apoiam-se no uso intensivo do conhecimento e das variáveis culturais.

Existem diferentes compreensões sobre Educação Ambiental, das mais conservadoras para outras mais progressistas, ou avançadas. Porém, o foco principal desse trabalho será a partir da EA no seu viés crítico.

Neste sentido, Carvalho (2004) destaca: o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (CARVALHO, 2004).

Para Loureiro e Neto (2016), a educação ambiental inserida em uma perspectiva crítica precisa estar atenta às propostas educativas que apresentam respostas unidirecionais e modelos prontos, que dissociam o indivíduo das relações sociais, que afirma a técnica ou ética como dimensões em si mesmas, não relacionadas com a realidade, capazes de gerarem transformações radicais na relação atual sociedade-natureza. Desta forma, com base nas afirmações dos autores podemos destacar que a Educação Ambiental Crítica se propõe tão somente a desvelar a realidade, para, inserindo o processo educativo nela, contribuir na transformação da sociedade atual, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política. Com isso, se estará promovendo de certa forma a formação do exercício consciente da cidadania, na expectativa da inserção de um movimento coletivo conjunto, gerador de mobilização para a promoção de uma sociedade considerada ambientalmente sustentável e socialmente justa.

A EA, categorizada neste trabalho, tende a assimilar as ideias mais relevantes que corroboram com a natureza da pesquisa em si. Reigota (2012) ao tratar da Educação Ambiental é enfático ao não separar sua definição dos limites da educação política das primícias das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza, rompendo com todas as ideologias que impedem o exercício da participação livre, consciente e democrática de todos. Embora, como

refere SANTOS (2000), toda a interação social, seja uma troca de conhecimentos - uma interação epistemológica - a educação, que sempre privilegiou a transmissão de conhecimentos, ocupou-se muito pouco de questões de cidadania e os tratamentos tradicionais da cidadania ocuparam-se muito pouco com questões de conhecimento.

Segundo Vasconcellos (1997), a presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra. Dentro desse contexto, sobressaem-se as escolas como espaços privilegiados na implementação de ações que propiciem essa reflexão, já apontadas pelos respectivos autores, pois isso necessita de atividades de sala de aula e de campo.

Essas ações, orientadas em projetos e em processos de participação são importantes, pois, conforme afirma Dias (1992), levam à autoconfiança, atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental, possibilitados por um maior trabalho interdisciplinar, no mesmo tempo em que vão construindo esses conhecimentos, possivelmente, também, perceberão que o ensino de ciências está presente em todas essas atividades, pois esta área está ligada ao conjunto de práticas desenvolvidas nesse trabalho.

Assim, a EA Crítica apresenta na sua totalidade características condizentes com as atribuições de uma educação problematizadora. Tenciona despertar nos indivíduos a consciência de que estes são partes importantes do meio ambiente onde estão inseridos, sem a pretensão de entender de maneira errônea o ser humano como o foco das atenções, deixando de lado o seu real valor sem perceber a importância da natureza, da qual é parte integrante. Essa tendência se propõe a incentivar a formação do cidadão crítico, munido de conhecimentos que possam proporcionar, ao mesmo, fazer as reflexões necessárias no entendimento do seu mundo e se posicionando sobre as questões que o cercam.

Em outros trabalhos, SANTOS (1999, 2000 e 2001), destaca a “concepção CTS de ensino das ciências” como uma inovação escolar com um papel crucial na “educação pela ciência” e na “educação sobre ciência”, no sentido de se poder investigar a incidência de tal concepção em manuais escolares. “Desenvolver um cidadão alfabetizado do ponto de vista ambiental, simultaneamente disposto e capaz

de se empenhar numa ação ambiental, é a finalidade última da educação ambiental” (HINES & HUNGERFORD, 1984: 120).

Uma EA comprometida com a cidadania ambiental estimula modificações culturais no estilo de vida dos cidadãos. Para além de integrar a ideia de finitude dos recursos e o respeito pelos limites objetivos do planeta que habitamos, evidencia a indissociável ligação entre as questões do ambiente, do desenvolvimento e da tecnociência, à elaboração de uma ferramenta educativa, que cruza aprendizagens formais e não formais e que se centra em cenários de uma EA epistemológica e politicamente implicada na construção da cidadania (SANTOS, 2009a, 2009b e 2009c).

3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL TÂNHEVE KREGSO

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola verificamos que o documento traz em seu relato vários elementos da cultura tradicional Indígena Kaingang. E que estes são, veementemente, mencionados em vários momentos ao longo do referido documento.

Observa-se, como destaque, um elemento que atravessa a necessária construção/constituição de uma relação mais aprofundada entre a escola e a comunidade, visando maior e melhor interação com o Meio Ambiente.

O documento em si foi elaborado levando em consideração a realidade e a vivência dos envolvidos, sendo que o mesmo foi pensado em acordo às particularidades pertinentes ao modo de vida desses indivíduos. Na construção desta proposta pedagógica foi importantíssimo embasar-se nos valores culturais da comunidade e do seu entorno, em seus diferentes costumes, considerando-se que alguns valores deixaram de ser praticados pela transformação substancial no modo de vida das comunidades tradicionais ao longo dos tempos, onde ocorre uma “alienação da cultura” provocada pela influência do sistema capitalista que tenta se estabelecer de maneira hegemônica, também, entre as comunidades tradicionais.

Assim, fica evidente que alguns valores culturais do povo indígena Kaingang estão intimamente condicionados ao ambiente onde eles estão inseridos. Ao mencionarmos a cultura desse povo estamos tratando direta ou indiretamente de uma Educação Ambiental, característica observada da própria comunidade que, por sua vez, sofre com as mudanças no seu modo de vida, como descrito no documento analisado.

A língua materna é um dos elementos fundamentais e importantes da cultura, pois faz parte da identidade do povo Kaingang enquanto povo diferenciado.

A alfabetização deverá ser feita, sim, na língua materna. Deve ser trabalhada tanto a escrita quanto a fala. Na maioria das comunidades, os valores da cultura não-indígena ainda prevalecem. Assim, torna-se necessário que haja uma maior atenção a essas questões por parte dos responsáveis enquanto escola e comunidade.

Para Veiga (2007) o Projeto Político Pedagógico, carregando o caráter de projeto de sua origem etimológica latina (*projectu*), cumpre a função de dar um rumo, uma direção à instituição. Aliamo-nos a essa autora, quando destaca o caráter político e o caráter pedagógico deste documento. Diz a autora que o projeto de escola é sempre: uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.

Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. 'A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.' (SAVIANI, 1983, p.93).

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

A avaliação da proposta política pedagógica deverá ser contínua e com participação da comunidade escolar, observando sempre que esteja efetivamente sendo cumprido e quais as reformulações que precisam ser feitas para que o seu cumprimento represente a construção de uma escola de qualidade acadêmica e social, ou seja, o PPP possui um caráter dinâmico, que pode e deve ser alterado quando necessário.

As decisões a serem tomadas dentro de uma escola indígena devem ter a participação de todos os segmentos da comunidade escolar: Conselho Escolar representativo, Círculo de Pais e Mestres, professores, Lideranças, participação e orientação das Coordenadorias Regionais de Educação e da Secretaria de Educação, visando o bem da comunidade, contemplando a todos os anseios prospectados pela comunidade como um todo.

Em relação à organização da escola, podemos observar que a mesma foi pensada para atender as particularidades da comunidade. Considerando que as famílias são pertencentes da mesma cultura, os costumes não são os mesmos em

todas as outras comunidades; por isso, a importância da participação e o envolvimento dos próprios membros dessa localidade junto à escola para dar mais consistência e coerência na construção das diretrizes que irão nortear os rumos da educação aplicada em cada local ou região mais abrangente.

Outro aspecto importante no documento diz respeito ao currículo, indicando-se que este que deve e pode ser organizado com a comunidade (pais, professores, alunos, funcionários, líderes, órgãos competentes) e de acordo com a realidade, com os costumes e com as formas de organização, procurando ser integrado e interdisciplinar, referenciado na realidade da comunidade e nos anos de estudos dos estudantes, partindo de seus valores culturais. O currículo escolar exerce na escola indígena um papel primordial frente às ações diferenciadas que serão executadas e o que nortearão a prática docente. Ele é uma construção social do conhecimento, comprometido com a transformação social referenciada na realidade histórica em interação com os diferentes saberes e com a valorização da cultura indígena.

A necessidade de uma construção curricular liberta das formalidades rígidas de planos e programas estatísticos e pautada na dinâmica da realidade concreta e na experiência educativa vivida pelos alunos e professores. São aspectos fundamentais para as escolas indígenas: a natureza dos conteúdos, a periodicidade do estudo, os espaços que serão utilizados, as articulações entre as áreas de conhecimento, a escolha de temas de interesse e a metodologia a ser desenvolvida. (BRASIL, 2007, p. 105).

Torna-se importante que esse tema esteja vinculado aos conteúdos trabalhados na escola e que essa interação possibilite ao aluno, através das várias disciplinas, contextualizarem um mesmo tema. Essa é a necessidade de se construir a interdisciplinaridade como uma forma de transcender àquele conhecimento que já vêm pronto e linearmente definido. Pois, “a exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas” (JAPIASSU, 1976). Assim,

O conceito de interdisciplinaridade, como ensaiamos em todos nossos escritos desde 1979 e agora aprofundamos, encontra-se diretamente ligado ao conceito de disciplina, onde a interpenetração ocorre sem a destruição básica às ciências conferidas. Não se pode de forma alguma negar a evolução do conhecimento ignorando sua história. Assim, se tratamos de interdisciplinaridade na educação, não podemos permanecer apenas na

prática empírica, mas é necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada (FAZENDA, 2008, p. 21).

Sendo assim, a interdisciplinaridade não é exclusividade tão somente na contextualização de disciplinas juntas, mas, também, através de iniciativas com projetos educativos e a valorização principalmente dos conhecimentos tradicionais dos alunos.

O documento reforça a importância de uma organização curricular integrada e interdisciplinar que promova a integração da escola com a realidade e os valores da comunidade onde está inserida. Entende-se que a escola precisa, para além dos conteúdos didáticos, proporcionar uma aprendizagem que dialogue com os conhecimentos próprios dos alunos. Buscar elementos do dia a dia deles que possam facilitar o seu entendimento e que promova a interação entre todas as práticas pedagógicas pautadas na aprendizagem substancial dos envolvidos, admitindo-se que:

O currículo das escolas indígenas não pode ser uma cópia das escolas oficiais, nem uma colagem com elementos desse último e alguns fragmentos de culturas indígenas. O currículo, em todos os seus aspectos, deve corresponder à realidade sociocultural e aos interesses de cada povo. Devem levar em conta aspectos que caracterizam a especificidade do planejamento das escolas indígenas, tais como: adequação do calendário escolar aos ciclos produtivos da comunidade, eliminação de sistemas de avaliação e reprovação tradicionais e a utilização de métodos que respeitem a individualidade de cada educando no tocante ao ritmo e ao nível de aprendizado. Os currículos das escolas indígenas devem considerar os aspectos antropológicos e os processos próprios de aprendizagem das comunidades, considerando-se a especificidade de cada povo e as suas interrelações sociais, a dinâmica de sua economia comunitária e as outras expressões culturais. [...] o currículo escolar indígena constitui-se em um processo de construção coletiva e permanente, representando os interesses comunitários, visando ao etnodesenvolvimento desses povos. A escola indígena deve se contrapor à escola oficial como uma escola que se vincula com a sociedade, uma escola dos índios e a serviço deles, de seus interesses culturais, sendo um instrumento competente e crítico no contato com o mundo envolvente. A escola deve se constituir em instrumento de saber, em busca de sua autonomia como organização. Deve estabelecer seus próprios objetivos, prioridades, conteúdos e metodologias (RAMOS, 2007, p.109-110).

Propor uma educação como base de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ambientalmente sustentável, solidário e igualitário e que considere o homem e a mulher em suas relações com o meio é fruto de uma educação

como um processo permanente de formação de sujeitos autônomos e com posição crítica frente às desigualdades e as injustiças sociais. Isto, por sua vez, incorpora garantia de acesso, permanência e de aprendizagem na Educação Básica, como uma exigência do desenvolvimento social.

Nessa mesma direção, o referido documento (PPP) destaca também a importância de se preservar os costumes e as tradições do povo local, os quais podemos destacar: as danças, os rituais, as comidas típicas, a língua materna, etc., sendo que, dessa maneira, o modo de vida desse povo prevaleça e deva continuar sendo repassado às futuras gerações sem que, se possa, no entanto, abdicar-se das transformações contemporâneas que de uma forma ou de outra adentrarão nas comunidades, e que essas, possivelmente serão absorvidas, principalmente pelos jovens que são uma parcela importante na construção de uma ideologia pautada na sustentabilidade mais ampla.

A escola tem um papel muito importante nesse processo, ela precisa conhecer a realidade onde está inserida, envolvendo-se nos assuntos sociais, ajudando nas diferentes dificuldades que a sociedade está enfrentando, inserindo uma cultura de saber viver a vida. Precisa formar cidadãos que tenham opinião própria, que saibam respeitar seus semelhantes, que respeite sua cultura, que continuem seus estudos para ajudar sua comunidade, principalmente nas questões que demandam maior compreensão e discernimento às questões que, possivelmente, influenciarão no seu modo de vida e sua cultura no movimento real da sociedade.

Os professores e estudantes buscam, juntos, os conhecimentos da realidade da comunidade, onde se inserem os conhecimentos tradicionais que estão pautados na preservação e interação com o meio onde vivem, sempre se orientando através das pesquisas participantes e dos temas geradores, o que torna o aprendizado fácil e atraente.

Neste processo, os estudantes desenvolvem o conhecimento sobre as metades e as formas corretas de relação entre *Kame* e *kanhrukré*, como também os conhecimentos do território Kaingang e a consciência do valor da terra e de seus ambientes para a sobrevivência física e cultural da comunidade indígena.

O documento destaca, também, alguns valores da cultura que são importantes para a comunidade onde a pesquisa foi realizada, ao enfatizar o respeito e a

preocupação da comunidade para com o meio Ambiente, onde o mesmo significa para esse povo, uma forma pela qual se possa proporcionar aos indivíduos um meio de sustentabilidade a longo prazo, de forma mais perene.

Essa metodologia de ensino e de aprendizagem embasa-se no respeito à tradição oral das comunidades, valorizando o saber dos mais velhos e incentivando a que eles participem da escola relatando as histórias de seus antepassados - como era viver na terra indígena antigamente – para que, no decorrer do tempo, essas histórias sejam transmitidas de geração para geração, preservando a cultura Kaingang.

Para isso, a escola organiza atividades culturais com sua comunidade e, na medida do possível, com a participação de outras comunidades, lembrando suas datas significativas, rituais e heróis, incentivando os estudantes a divulgar sua cultura através de apresentações artísticas e de exposição de trabalhos sobre a história Kaingang.

Nessa proposta o estudante é valorizado em todas as suas potencialidades e possibilidades, sendo levado a um maior sentido em torno da aprendizagem, principalmente quando entendido como sujeito do processo educativo, sendo reconhecidas suas potencialidades de pesquisar, refletir, interferir, contribuir e agir de forma crítica e participativa, alimentando sua autoconfiança e autoestima, desenvolvendo seu orgulho étnico que promova maiores encontros aos processos de sua cultura.

É muito importante que se possa preservar os costumes locais e o seu modo de vida tradicional e, para além disso, o documento também faz menção de que a Escola se coloca à disposição da comunidade para dar um suporte no que se refere ao ensino e conscientização da preservação da cultura e o Meio Ambiente

Entendemos que um aprofundamento teórico sobre a Educação Ambiental poderá contribuir com o desenvolvimento da escola. Assim, o PPP poderá trazer de forma mais explícita como pode ser realizado este trabalho para que, na junção das ideias, se possa dar mais visibilidade às ambições almejadas, sendo importante ressaltarmos que a construção do referido documento segue as determinações previamente acordadas entre todas as partes envolvidas (comunidade escolar e local), destacando as dificuldades e desafios na busca de tratativas que demandam uma possível retomada das práticas e costumes comumente observados na referida Aldeia

onde estes, enquanto coletivo para além da escola, na maioria das vezes, acabam sendo esquecidos e deixados de lado.

As práticas culturais são elementos importantes na composição da identidade desse povo que busca estabelecer uma relação de troca mútua com meio ambiente, primando pela sua preservação e recuperação dos recursos naturais visando a sustentabilidade a longo prazo das futuras gerações. Só conhecendo profundamente a realidade é que se pode traçar os caminhos possíveis em vista da superação das contradições existentes.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Desde o início da disciplina do TCC, a intenção era abordar a questão ambiental nas comunidades indígenas, principalmente pensando no currículo escolar de modo a contribuir para com a formação das crianças e jovens.

Devido às condições possíveis de realização deste trabalho, período da pandemia, não foi possível realizar uma observação mais aproximada com a escola e efetivar todas as análises. No princípio tínhamos a intenção de discutir os planos de ensino das disciplinas ministradas pelos professores das áreas das Ciências da Natureza das séries finais do ensino fundamental mediante a compreensão dos mesmos sobre a temática da Educação Ambiental, o que não foi possível neste momento.

Entretanto, apesar das dificuldades, a temática escolhida e suas relações com as escolas indígenas continuou sendo o foco. Assim, o estudo foi realizado na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Tãnhve Kregso, localizada na Reserva Capinzal, Terra Indígena Serrinha, composta por estudantes da etnia Kaingang.

Para desenvolver esta pesquisa iniciou-se com a leitura do documento oficial da escola, a partir do seu Projeto Político Pedagógico, visando observar de que forma este documento está articulado com o propósito de ensino na modalidade de uma EA. A pesquisa utilizada neste trabalho é de cunho qualitativo. Como atribuição metodológica para a pesquisa elencou-se para a realização do referido trabalho uma abordagem técnica da pesquisa documental e bibliográfica, abarcando os passos abaixo, concernentes à uma pesquisa documental: determinar os objetivos; elaborar um plano de trabalho; identificar as fontes; identificar as fontes e obter o material; ler o material; fazer os apontamentos; confeccionar fichas; redigir o trabalho (GIL, 1994).

Sobre a pesquisa bibliográfica, trazemos que:

A pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como fundamental conduzir o leitor a um determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para desempenho da pesquisa (FACHIN, 2001, p. 125).

Desta forma, na pesquisa bibliográfica buscamos priorizar leituras em relação a temática da Educação Ambiental, principalmente com o olhar sobre diretrizes da Educação Indígena. Em relação à pesquisa documental foi analisado o principal documento orientador da escola, o PPP.

O estudo teve como público-alvo indireto os respectivos atores (professores/as, gestores/as, comunidade local) responsáveis pelas tomadas de decisões no que se refere ao ensino aplicado e a construção do conhecimento na Escola Estadual de Ensino Fundamental Tãnhve Krenso. Assim, como aspectos complementares consideramos informações obtidas com a direção da escola, a partir da análise do PPP da referida Instituição.

A pesquisa foi desenvolvida de fevereiro a julho de 2021, na referida escola, por meio da análise do PPP e algumas referências bibliográfica que foram consultadas ao longo da pesquisa.

5 ESCOLA E COMUNIDADE

Neste capítulo trataremos de apresentar o território na qual foi desenvolvida a pesquisa. Para isso trataremos de aspectos ligados à Terra Indígena e à Escola.

5.1 TERRA INDÍGENA DE SERRINHA NO RIO GRANDE DO SUL

A Reserva Indígena de Serrinha localiza-se no norte do estado do Rio Grande do Sul e abrange parte dos territórios dos municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras. Sua área total é de 11.950 hectares, tendo sido demarcada em 1908 pelo então governador do Estado na época, Sr. Carlos Barbosa. Este nome “Serrinha”, foi o nome dado no passado pelos colonos, sendo que o nome Indígena da Reserva é Fóg Kavá, que na língua portuguesa significa Pinheiro Ralo.

Figura 1: Localização geográfica da área de estudo: Reserva Indígena da Serrinha – RS.



Fonte: Google.

Em sua totalidade a referida Reserva está subdividida em pequenas Aldeias também chamados de Setores que são, ao todo, 13 no total, encontram-se espalhadas dentro dos territórios dos municípios acima mencionados, a saber: Alto Recreio, Baixada, Pedras Brancas e Linha Santo Antônio, pertencentes ao município de Ronda Alta; Caneleira e Linha União, pertencentes ao município de Três Palmeiras; Linha Felipe, Linha Luzzato, Bela Vista, Capoeira Grande e Linha Santa Maria, pertencentes ao município de Engenho Velho; e Linha Capinzal e São Sebastião, pertencentes ao município de Constantina, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

Essas localidades já existiam com as mesmas nomenclaturas, pois eram comunidades rurais onde residiam os colonos, sendo que suas denominações foram mantidas pelos indígenas.

A organização da Reserva é constituída da seguinte maneira: em primeiro lugar vem o Cacique que é o responsável por tudo o que acontece ao seu redor. Em seguida vem o seu vice, que é o seu sucessor natural na hierarquia de poder. Em seguida vem os líderes de cada aldeia que são subordinados ao Cacique. Quando acontecem problemas nos setores, as lideranças responsáveis encaminham para o setor sede da

Reserva para que o problema seja avaliado pelas demais lideranças, para que sejam tomadas as medidas cabíveis para cada situação.

O setor do Alto Recreio, localizado no município de Ronda Alta, corresponde à Sede principal da Reserva da Serrinha e é o local onde que o Cacique geral mora, sendo então o centro das tomadas de decisões correspondente à toda a Reserva. O setor Capinzal localizado no município de Constantina é a sub - sede da reserva e onde reside o vice cacique (ARESI, 2008).

O município de Constantina, nosso ponto de partida, é considerado de porte médio, possuindo população total estimada em 11.667 habitantes, sendo que, destes, 49,73% localizam-se na área urbana e 50,27% na área rural.

O município de Constantina, criado em 1959, localiza-se na Microrregião Colonial de Iraí, Alto Uruguai, distante 120 Km de Passo Fundo – Polo cultural e econômico regional, distando 365 Km da Capital do Estado – Porto Alegre. Possui uma área total de 202 km¹, fazendo divisa com os municípios de Sarandi, Rondinha, Novo Xingu, Cerro Grande, Liberato Salzano, Trindade do Sul, Três Palmeiras, Ronda Alta e Engenho Velho.

Sua população, conforme último levantamento do Censo do IBGE (2010) é de 10.176 habitantes, sendo eles descendentes de italianos, alemães, portugueses e indígenas. A população sofreu um decréscimo, nas últimas décadas, devido à migração e ao desmembramento dos distritos, hoje municípios, Engenho Velho e Novo Xingu.

A renda do município está apoiada basicamente na produção agropecuária, apoiada na agricultura familiar, em propriedades inferiores a 20 hectares. A soja e o trigo são os grãos predominantes na produção agrícola, além da suinocultura e do gado leiteiro. Nos últimos anos a produção citrícola vem recebendo um espaço especial em nosso município. Também faz parte do projeto de desenvolvimento econômico e social a criação de várias agroindústrias familiares.

O setor comercial também está presente na comunidade, representando importante participação econômica no município, onde o setor industrial agrega valor para a economia municipal, ocasionando modificações em torno da agricultura.

1 Fonte Prefeitura Municipal de Constantina

Nosso município não difere dos outros tantos pequenos municípios de nosso País quando apresenta problemas sociais e econômicos, como o êxodo rural e o desemprego. Assim, muitos jovens deixam a escola em busca de colocação profissional em outras cidades e regiões.

O município conta com 3 (três) escolas estaduais e 06 (seis) escolas municipais, sendo que a Rede Municipal de Ensino possui 04 (quatro) escolas que atendem desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental. A Escola Estadual de Ensino Médio São José localizada na sede, atende às Séries Finais do Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e à modalidade EJA de Ensino Médio (FAMURS, 2008).

5.2 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TÃNHVE KREGSO

A instituição de ensino que está localizada na comunidade foi criada pelo Decreto de Criação nº13.579 D.O. de 26/05/1962, como Escola Rural Isolada de Bela Vista do Capinzal, sendo que neste ano atendia somente alunos das séries iniciais. Em 1979, passou a ser de 1º Grau Completo, para atender a clientela de onde estava inserida e passou a se chamar EE de Ensino Fundamental 14 de abril. No ano de 1996, com o processo das retomadas da terra pela comunidade indígena, a escola funcionou com indígenas e não indígenas. No ano de 2002, a escola passou a chamar-se EE Indígena de Ensino Fundamental Tãnhve Kregso, que significa Palmeira e Pássaro, nome de duas lideranças da comunidade, quando somente indígenas passaram a ser atendidos pela escola.

Figura 2: Frente da escola Tãnhve Kregso.



Fonte: arquivo pessoal.

A escola possui salas amplas, sendo estas iluminadas, ventiladas e climatizadas, com corredores amplos, mas sem acessibilidade. Cozinha e refeitório em boas condições e de tamanho muito bom. Uma sala, que foi dividida em duas, sendo uma para guardar mesas e cadeiras e outros materiais da escola, e a outra, para a biblioteca pequena, mas com acervo organizado, porém, sem bibliotecário e sem informatização. Banheiros em boa situação, porém, sem acessibilidade.

Figura 3: Pátio interno da escola Tãnhve Kregso.



Fonte: arquivo pessoal.

Possui infraestrutura suficiente para as séries do ensino fundamental de Nove Anos, ou para a implantação do ensino médio e/ou escola de tempo integral. Laboratório de Informática sem responsável técnico, sem professor para auxiliar aos alunos e professores nos projetos, e hoje, com as máquinas totalmente desatualizadas. O acesso à internet é bastante precário.

Possui, ainda, sala dos professores ampla, iluminada, ventilada e climatizada, com armário organizado para cada professor, materiais para pesquisa, computador para pesquisa e digitação, impressora com copiadora disponível para o uso do professor. Acesso a um conjunto de banheiros (masculino e feminino). Sala da direção ampla, iluminada, ventilada e climatizada, onde funciona: direção, vice direção, coordenação e secretaria escolar. A escola conta, também, com salas, mesas, cadeiras e materiais específicos e em bom estado para a Educação Infantil. E,

também, quadra de esportes sem cobertura, em estado regular, pracinha infantil com alguns brinquedos e amplo pátio gramado, para todas as práticas esportivas e lúdicas.

Por fim, dispõe de uma horta escolar bem organizada e com boa produção de hortaliças, além de um pomar com vários pés de laranja e pêssegos.

A referida Instituição conta com profissionais habilitados em todas as Áreas do conhecimento.

Nas séries iniciais do ensino fundamental, a escola conta com cinco professores indígenas, os quais possuem Magistério Kaingang e Pedagogia para Séries iniciais. Para as Séries Finais, somam um total de sete professores não indígenas, sendo que os mesmos possuem graduação específica nas suas áreas de atuação, alguns com Pós-Graduação, além da direção da escola que também não é indígena e que também possui graduação ou Pós-Graduação. Dispõe de três funcionários, os quais são designados para as funções de serviços como: preparação da merenda escolar, higienização e limpeza da escola e serviços gerais.

Conta com professores designados para a Coordenação Escolar, sem formação específica, mas com diversos cursos com ênfase em Coordenação, Supervisão e Orientação Escolar.

A escola deve estar provida de recursos humanos qualificados, sempre observando o disposto no parágrafo único do artigo 6º da Resolução 03/99 do CNE: “Será garantida aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização” - o Nível Fundamental – Séries Iniciais: professor indígena com Magistério Completo ou com Formação em Pedagogia e para o Nível Fundamental - Séries Finais: professor indígena com Magistério e professores indígenas com Curso Superior.

Os funcionários da escola (agentes educacionais, vigilantes e outros) são indígenas, devido à proximidade que se encontram da escola e pela relação que estes têm com a comunidade.

A direção da Escola Indígena é escolhida por indicação e/ou votação, com autonomia para discutir com os demais segmentos da escola (Círculo de Pais e Mestres, Conselho Escolar e Lideranças), para administrar recursos financeiros, materiais didáticos e andamento escolar em geral. A lei define que os diretores devem ser concursados e com formação universitária.

A direção não-indígena terá um professor indígena escolhido pela comunidade escolar para fazer parte das decisões da escola. A escolha da direção não-indígena segue as mesmas determinações da direção indígena, com critérios estabelecidos pela comunidade.

Os professores indígenas participam na decisão sobre a aplicação das verbas que chegam para as escolas indígenas, para que as mesmas sejam bem aplicadas.

A escola possui Regimento Escolar e Planos de Estudos. A escola Kaingang opta pelo regime de organização por séries anuais no Ensino Fundamental de Nove anos, do 1º ao 9º ano, conforme Legislação Vigente. A Educação Infantil é a partir de 4 anos de idade.

Os educandos do 6º ao 9º Ano permanecem quatro horas na escola, divididos em cinco períodos de quarenta e cinco minutos, no turno da manhã, sendo uma turma por série.

Os educandos do 5º Ano também estudam no turno da manhã, por quatro horas, abarcando o chamado Ensino Globalizado. As Séries Iniciais, do 1º ao 4º Ano e a Educação Infantil, estudam à tarde, também pelo Ensino Globalizado. A escola possui uma série por turma, somando um total de 71 alunos regularmente matriculados.

É preciso destacar que a organização escolar será própria, em cada comunidade, devido às suas especificidades. Em todas elas, porém, nas mais diferentes formas de organizar a estrutura escolar, todas as decisões devem ter a participação da comunidade escolar, dentre elas, o Círculo de Pais e Mestres e o Conselho Escolar para que possam atender realmente aos seus interesses.

O tempo escolar deve ser flexível, dependendo o mesmo da realidade e da opção de cada comunidade que têm o direito de optar sobre as modalidades de ensino que será adotada, como também sobre o tempo em sala de aula, desde que se cumpra com as oitocentas horas – aula e/ou os duzentos dias letivos anuais previstos em Lei.

O aprendizado da criança não deve ter tempo determinado. O seu aprendizado deve ter um acompanhamento direto pelo professor.

Para proporcionar uma maior assiduidade é proposto um calendário específico, observando o tempo em que os alunos saem com suas famílias para vender

artesanato, com autorização das lideranças, e outras datas consideradas importantes para a comunidade Indígena.

A escola possui um excelente relacionamento com outras escolas do município e municípios vizinhos, onde participa de eventos diversos, tais como os festejos Farroupilhas e nas Comemorações de Sete de Setembro.

A escola é comumente utilizada pela comunidade para encontros e reuniões e opta pelo regime de organização por séries anuais no Ensino Fundamental de nove anos, do 1º ao 9º ano, conforme Legislação Vigente, atendendo aos estudantes na faixa etária dos seis aos quatorze anos aproximadamente.

O currículo da Educação Básica é organizado por Áreas do Conhecimento, sendo elas: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, desenvolvido pelo regime anual e seriado, dividido em três trimestres e no mínimo, 200 dias letivos, observando a Base Nacional Comum Curricular.

Os anos iniciais do ensino fundamental tem a duração de 5 anos, com carga horária de no mínimo 800 horas anuais, distribuídos em, no mínimo, 200 dias letivos.

Por sua vez, os anos finais do ensino fundamental tem a duração de 4 anos, com carga horária de no mínimo 800 horas anuais, distribuídos em, no mínimo, 200 dias letivos.

Conforme a legislação vigente, a Escola oportuniza os Estudos de Recuperação paralelamente ao período letivo regular, com o objetivo de auxiliar o aluno com “baixo rendimento” a dirimir suas dúvidas e superar suas dificuldades de aprendizagem. Estes estudos são organizados pela escola e podem ser realizados de forma individual ou coletiva, em sala de aula ou através de atividades extraclasse, sob orientação do professor. Após a realização dos Estudos de Recuperação, é realizada uma reavaliação do educando e uma revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares. Se houver necessidade a escola também ofertará recuperação em turno inverso, caso haja professores disponíveis para esse fim.

A escola realiza, também, atividades complementares compensatórias de infrequência, no decorrer do ano letivo, presenciais e registradas em listas de controle específicas, em que se faz menção às datas e ao número de faltas do aluno a que correspondem. As atividades Complementares Compensatórias de Infrequência são

direito do aluno e tem registro próprio, planejamento e execução, devendo ser orientadas e acompanhadas pela Equipe Diretiva da Escola. As atividades complementares de infrequência atendem aos alunos que se encontram no limite mínimo de frequência estabelecido pela lei. Também podem ser oferecidas àqueles que, por ausência justificada, tiveram sua aprendizagem interrompida, sendo realizadas em turno inverso, proporcionadas pela escola sob a forma de aulas.

Na elaboração das normas de convivência de cada escola são levadas em consideração as leis e os costumes tradicionais das respectivas comunidades, sendo que as lideranças efetivas de cada comunidade, em conjunto com as representações atuantes na escola, são os responsáveis pela organização dessas diretrizes bem como pela construção do projeto político-pedagógico proposto. As normas de convivência são utilizadas na avaliação da participação social das comunidades escolares nos processos de ensino aprendizagem, constituindo-se como um espaço coletivo de construção de direitos e deveres (ética, valores culturais, cidadania, responsabilidade), de exercício de diálogo, justiça e igualdade.

O conjunto da comunidade se integra na elaboração, aplicação e avaliação das normas de forma participativa, democrática e solidária, tornando-se corresponsável no processo de construção social.

Conforme nossa análise do PPP da escola podemos afirmar que a temática ambiental se faz presente em momentos distintos do documento. Aparece mais explicitamente na introdução e na descrição do currículo. Porém quando o documento indica que a escola deve ser articulada com a comunidade local, com a cultura Kaingang, supomos que o estudo do ambiente será contemplado de forma mais alargada, ainda que de forma indireta e, por isso, ressaltamos a importância de uma qualificação que considere uma Educação Ambiental de viés crítico que venha possibilitar compreensões mais aprofundadas sobre as questões que envolvem essa temática. Dessa forma, indicamos ser possível refletir e mobilizar estratégias de ação que correspondam aos problemas colocados, de modo a estabelecer um diálogo permanente e que acolha as possíveis e necessárias modificações, de modo a se poder conjugar alterações mais aprofundadas no ambiente escolar e comunitário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme nossa análise do PPP da escola podemos afirmar que a temática ambiental se faz presente em momentos distintos do documento. Aparece mais explicitamente na introdução e na descrição do currículo. Porém quando o documento indica que a escola deve ser articulada com a comunidade local, com a cultura Kaingang, supomos que o estudo do ambiente será contemplado de forma mais alargada, ainda que de forma indireta e, por isso, ressaltamos a importância de uma qualificação que considere uma Educação Ambiental de viés crítico que venha possibilitar compreensões mais aprofundadas sobre as questões que envolvem essa temática. Dessa forma, indicamos ser possível refletir e mobilizar estratégias de ação que correspondam aos problemas colocados, de modo a estabelecer um diálogo permanente e que acolha as possíveis e necessárias modificações, de modo a se poder conjugar alterações mais aprofundadas no ambiente escolar e comunitário.

Constatou-se na análise do PPP que os conteúdos específicos propostos pelo currículo estão gradativamente se adequando às novas exigências para a realização de uma Educação Escolar Indígena que possa atender a realidade do povo Kaingang local. Para tanto, entende-se que, se a prática docente for coerente com a proposta do PPP apresentada, ela poderá contribuir significativamente para o fortalecimento e empoderamento étnico e identitário, bem como para com a emancipação epistemológica e valorização da língua materna, a língua Kaingang, além do fortalecimento da consciência ambiental e proteção dos recursos naturais existentes e que fazem parte do território.

Nesse contexto, podemos destacar que a Educação Escolar Indígena poderá, então, promover algumas transformações no modelo tradicional de educação aplicada, sendo importante e necessário nesse processo, sua autodeterminação, autonomia e fortalecimento sociocultural desses povos para que assim, possam definir suas metas e ambições enquanto povo indígenas. Cabe, portanto, uma reflexão mais aprofundada na atual conjuntura observada nas diferentes realidades das escolas indígenas no Brasil.

O Projeto Político Pedagógico da referida Instituição prega o respeito pela oralidade, histórias e narrativas e tantas outras práticas e elementos culturais, entre outros saberes essenciais para o povo Kaingang. Contudo, se torna imprescindível e necessário haver uma proposta de Educação Escolar Indígena que guarde correspondência com a Educação Ambiental onde os indígenas sejam os protagonistas do processo de implementação e execução, e não meros continuadores de uma Educação Indígena pautada no pensar do outro, de fora para dentro, com modelos disciplinares estanques e longe das realidades vivenciadas.

Fica evidente que as escolas indígenas precisam ter um currículo específico para atender a demanda de suas comunidades, que respeite a cultura e valorize seus modos próprios de construir o conhecimento juntamente com o seu alunado e comunitários. Os currículos precisam ser diferenciados com as especificidades pertinentes ao modo de vida dos indivíduos, dialogando com a realidade vivenciada em cada comunidade, uma vez que a realidade vivida no seio da comunidade indígena é outra e merecem respeito no momento de transmitir sua educação. Nesta perspectiva, aprofundar e elaborar uma proposta de Educação Ambiental condizente com a realidade das escolas e dos povos é fundamental para que se consiga uma melhor expectativa na qualidade de vida e sobrevivência desses indivíduos em acordo às suas especificidades, procurando dialogar com os problemas e dificuldades que mais os incomodam.

Embora neste trabalho concluamos que o PPP estudado remete a uma articulação com a comunidade local e sinaliza diversas vezes sobre a necessidade de pensar as questões ambientais, apontamos que o projeto tem a finalidade de apontar caminhos. Neste sentido, sugerimos que o aprofundamento sobre a Educação Ambiental Crítica poderá contribuir com a realização destas ações, principalmente a partir de algumas estratégias: formação de docentes com aprofundamento teórico sobre o tema, reconhecimento dos saberes ancestrais indígenas sobre a natureza, maior explicitação do estudo ambiental nos documentos da escola, criação de projetos de ensino que envolvam a temática, diálogo permanente com todos envolvidos, dentre outros.

De forma especial, almejamos que as reflexões deste trabalho possam colaborar com o objetivo de tornar efetiva a proposta que está nos documentos,

garantindo que a Educação Ambiental assuma maior centralidade na vida prática da Escola e da Comunidade.

Por fim, que este trabalho possa iluminar inovadoras compreensões sobre a temática da EA, no sentido de orientar maiores e melhores interlocuções no território das diferentes escolas dos Povos Indígenas do nosso país.

7 REFERÊNCIAS

- ARESI, Cláudia. **Transformações Culturais e Território: O Kaingang da Reserva indígena de serrinha – RS**. Profa. DRA. Rosa Maria Vieira Medeiros 2008. Dissertação de mestrado. Programa de Pós – Graduação – Geografia, Universidade federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre. Setembro de 2008, 169p.
- BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, Congresso Nacional, (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mai. 2021.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992. **Educação ambiental: planejamento e uso de trilhas ecológicas interpretativas para estudantes com deficiência intelectual**. Disponível em: <http://www.bdt.d.uceb.br/tede/tede_busca_arquivo.php?codArquivo=1043>. Acesso em: 04 fev. 2021.
- FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUTIÉRREZ, F. & Prado, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.
- HINES, J. & HUNGERFORD, H. Environmental educational research related to environmental action skills. In *Monographs in Environmental Education and Environmental Studies*. Ohio: State University, 1984.
- Identidade da Educação Ambiental Brasileira/** Ministério do Meio Ambiente; Philippe Pomier Layrangues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156.; 28 cm. 1. Educação Ambiental. 2. Meio Ambiente. 3. Complexidade. 4. I. Brasil. Ministério do meio Ambiente.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LADEIRA, Maria Elisa. **Desafios de uma Política para a Educação Escolar Indígena**. 2004.

PAREDES, A. B. P.; BATTASSINI, P. S.; COSTA, R. B. da; BRAND, A. J. **A Escola Indígena: papel e expectativas**. II Seminário Internacional: Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão. Campo Grande: UCDB, 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA. Escola Estadual de ensino Fundamental Tãhve Kregso, Constantina, 2018.

RAMOS, José Aldemir Gomes. **Educação Indígena**. Manaus: UEA edição, 2007.
REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2012. 2 ed. ISBN: 978-85-11-00122-9.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**. Porto: Afrontamento, 2000.

_____, M.E. (2001): **A cidadania na “voz” dos manuais escolares**. O que temos? O que queremos?, Lisboa, Horizonte. 156Revista CTS, nº 6, vol. 2, Diciembre de 2005 (pág. 137-157) 157.

_____, M.E. (2000): **“Reflexos do ´ethos´ da ciência actual na concepção CTS de ensino das ciência”**, in I. Martins (ed) O movimento CTS na Península Ibérica, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 183-205.

_____, M.E. (1999): **Desafios pedagógicos para o século XXI**, Lisboa, Horizonte.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997, 128p.

SILVA, Edson Vicente da; RABELO, Francisco Braz; RODRIGUES, José M. Mateo (Org.). **Educação Ambiental e Indígena: caminhos da extensão universitária na gestão de comunidades tradicionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. ISBN: 978-85-7282-430-9.

SILVA, Ana Lúcia Gomes. **Interdisciplinaridade na Temática Indígena: aspectos teóricos e práticos da educação arte e cultura**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC/SP, 2013.

TEDESCO, J. (2001): “**La educación y la construcción de la democracia en la sociedad del conocimiento**”, CNE, Educação, competitividade e cidadania, Lisboa, CNE.

VASCONCELLOS, H. S. R. **A pesquisa-ação em Projetos de Educação Ambiental**. In: PEDRINI, A. G. (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, SILVA, Heloína Oliveira da; BEZERRA, Renilton

Delmundes (2016). Revista Interface, Edição nº 12, dezembro de 2016 – p. 163-172. 172 Vozes, 1997. Educação Ambiental. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/educacao_ambiental.htm> Acesso em: 11 jan. 2021.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p11-35.

VERGARA, S.C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997, 128p.

_____. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Org: Ricardo Henriques, Rachel Trajber, Soraia Mello, Eneida M. Lipai e Adelaide Chamusca. Cadernos SECAD 1. – Brasília: 2007, 109p.